



Londrina PR, de 02 a 05 de Julho de 2019.

**III CONGRESSO INTERNACIONAL DE POLÍTICA SOCIAL E SERVIÇO SOCIAL:
DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS
IV SEMINÁRIO NACIONAL DE TERRITÓRIO E GESTÃO DE POLITICAS SOCIAIS
III CONGRESSO DE DIREITO À CIDADE E JUSTIÇA AMBIENTAL**

Gestão de Política Social

TEMPLATE – TRABALHO COMPLETO – Apresentação Comunicação Oral

Como os índices de desenvolvimento (ID) revelam o desmonte dos direitos socioassistenciais? Um breve estudo dos dados do Censo SUAS no Brasil e no estado do Ceará

Eveline Alves Ribeiro¹
Rochelly Euzébio de Lima²

Resumo: Este presente artigo reflete sobre os rumos da assistência social no Brasil, com destaque para o Ceará, na conjuntura de desmonte do SUAS, a partir da análise dos índices de desenvolvimentos (ID). Objetiva, portanto, discutir sobre o corte do financiamento e seu reflexo nas dimensões avaliadas: equipamentos socioassistenciais, recursos humanos e serviços ofertados. A metodologia consistiu em pesquisa bibliográfica e documental, efetuada no Censo SUAS 2017. A conclusão aborda os limites impostos à continuidade do SUAS e contribuições das iniciativas dos gestores, trabalhadores e usuários do SUAS.

Palavras-chave: assistência social; gestão do SUAS, trabalhadores do SUAS.

Abstract: This article reflects on the direction of social assistance in Brazil, with emphasis on Ceará, in the dismantling scenario of SUAS, based on the analysis of development indexes (ID). It aims, therefore, to discuss about the cut of the financing and its reflection in the assessed dimensions: socioassistential equipments, human resources and offered services. The methodology consisted of a bibliographical and documentary research carried out in the SUAS 2017 Census. The conclusion addresses the limits imposed on the continuity of SUAS and contributions of the initiatives of the managers, workers and users of SUAS.

Keywords: social assistance; management of SUAS, SUAS workers.

¹ Assistente Social. Servidora Pública Municipal (Caucaia-CE). Supervisora do Núcleo de Educação Permanente da Secretaria do Desenvolvimento Social do Município de Caucaia-CE. Mestre em Políticas Públicas e Sociedade (UECE). E-mail: alveseveline@yahoo.com.br

² Assistente Social. Servidora Pública Municipal (Aquiraz-CE). Mestre em Políticas Públicas e Sociedade (UECE). Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social e Política Social da Universidade Estadual de Londrina-PR (UEL). Bolsista do Convênio CAPES/ Fundação Araucária. E-mail: rochellylima@yahoo.com.br



**III CONGRESSO INTERNACIONAL DE POLÍTICA SOCIAL E SERVIÇO SOCIAL:
DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS
IV SEMINÁRIO NACIONAL DE TERRITÓRIO E GESTÃO DE POLITICAS SOCIAIS
III CONGRESSO DE DIREITO À CIDADE E JUSTIÇA AMBIENTAL**

1. INTRODUÇÃO

O Brasil está imerso em uma grave crise sociopolítica, organicamente vinculada ao pífio desenvolvimento econômico, acirrada após a reeleição em 2014, de Dilma Rouseff, do Partido dos Trabalhadores (PT). O esgotamento do modelo neodesenvolvimentista, preconizado pela agenda política dos governos petistas, de crescimento com inclusão social de segmentos empobrecidos via política de transferência de renda, foi posto em xeque por uma ampla ofensiva conservadora e neoliberal de ajuste fiscal, tensionada por escândalos e investigações de esquemas de corrupção, culminando com o golpe parlamentar e midiático de 2016, que deflagrou o processo de impeachment de uma Presidenta democraticamente eleita e a prisão de integrantes do alto escalão do Governo Federal, inclusive do ex-presidente Lula e, mais recentemente, do ex-presidente Michel Temer.

Esse cenário de crise política e econômica se mostra mais bárbaro com o ataque às políticas sociais, por meio do aniquilamento de direitos socialmente conquistados, essenciais para os segmentos vulneráveis, que mais necessitam de proteção social e que convivem cotidianamente com: a expansão do crime organizado em facções e do recrudescimento da violência de grandes cidades, em que os piores indicadores são a mortalidade da população negra e pobre das periferias; com o comprometimento do modo de reprodução social, em face da elevação dos índices de desemprego e da precarização das relações de trabalho, agravada pela reforma trabalhista de 2017.

O Sistema Único de Assistência Social (SUAS), criado com a perspectiva de ser um sistema organizado de gestão participativa das ações de assistência social, vem suportando, paulatinamente, nessa conjuntura, a queda de indicadores referentes ao controle social, ao cofinanciamento previsto pelo pacto federativo para oferta de serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais, apresentando ações pontuais, parciais e desarticuladas, que reiteram a prerrogativa da desproteção social por parte do Estado e a afirmação das iniciativas privadas assistencialistas e desqualificadas.

Neste sentido, o presente artigo reflete sobre os rumos da assistência social no Brasil, com destaque para o Ceará, na conjuntura de desmonte do SUAS, a partir da análise dos índices de desenvolvimento (ID). Objetiva, portanto, discutir sobre o corte progressivo do financiamento e seu reflexo nas dimensões avaliadas, quais sejam: equipamentos socioassistenciais, recursos humanos e serviços ofertados. A metodologia consistiu em pesquisa bibliográfica e documental, efetuada no Censo SUAS. A conclusão aborda os desafios e as contribuições das iniciativas dos fóruns dos trabalhadores do SUAS no Ceará.



**III CONGRESSO INTERNACIONAL DE POLÍTICA SOCIAL E SERVIÇO SOCIAL:
DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS
IV SEMINÁRIO NACIONAL DE TERRITÓRIO E GESTÃO DE POLÍTICAS SOCIAIS
III CONGRESSO DE DIREITO À CIDADE E JUSTIÇA AMBIENTAL**

2. DESENVOLVIMENTO

Revisando a realidade brasileira: a derrocada do pacto social e civilizatório

Nosso recorte de análise será dos anos de 2015 a 2018 em virtude do contexto de crise do Governo Dilma, impeachment e posse do Governo Temer com suas reformas no campo das políticas públicas que impactam diretamente no SUAS. O ano de 2018, no que se refere aos ID's não foi divulgado pela SNAS/Vigilância Socioassistencial, desse modo, trabalharemos com os indicadores abaixo apresentados.

É fundamental contextualizarmos, antes da exposição direta dos dados, a realidade brasileira no campo das políticas públicas nos anos de análise, onde tivemos como medida de maior impacto a Emenda Constitucional 95/2016, conhecida como a Emenda do “Teto dos Gastos”. Segundo relatório do Instituto de Estudos Socioeconômicos (INESC), Oxfam Brasil e o Centro para os Direitos Econômicos e Sociais (CESR)³ divulgado em 2017, a emenda tem um alcance particularmente danoso em relação aos direitos humanos. Apresentamos alguns dos dados a seguir:

Em vigor a partir de 2017, essa emenda tomou a medida inédita de congelar o gasto público real por vinte anos. Ao constitucionalizar a austeridade dessa forma, quaisquer futuros governos eleitos sem uma maioria absoluta estarão impedidos de democraticamente determinarem o tamanho dos investimentos em direitos humanos.

(...) essas decisões fiscais colocam em risco os direitos sociais e econômicos básicos de milhões de brasileiros, inclusive os direitos à alimentação, à saúde e à educação, ao mesmo tempo em que exacerbam as desigualdades de gênero, raça e econômica.

O Brasil retirou 28 milhões de pessoas da pobreza nos últimos 15 anos. No entanto, a parcela da renda do 1% no topo aumentou à custa dos 99% de baixo. Na taxa atual, seriam necessários 75 anos para atingir o já preocupante nível de igualdade de renda do Reino Unido (Oxfam Brasil, 2017)

Em contraste com países comparáveis, a desigualdade no Brasil muda muito pouco com o atual sistema de impostos e transferências sociais. Em outras palavras, a capacidade redistributiva do Brasil é muito baixa – não apenas em comparação aos países da OCDE, mas também em relação a alguns países latino-americanos.

A exposição de fragmentos do relatório é apenas para ilustrar que a suposta política de austeridade direcionada pela Emenda Constitucional 95 vem a aprofundar a desigualdade social do país, que historicamente é aguda e com difícil capacidade de superação. Fica, portanto, evidente, que os pobres e a classe média são os setores da

³ Relatório disponível no site https://www.oxfam.org.br/sites/default/files/arquivos/Fact_Sheet_2_Portugues_V_digital_2.pdf, acesso em 27 de fevereiro de 2019.



**III CONGRESSO INTERNACIONAL DE POLÍTICA SOCIAL E SERVIÇO SOCIAL:
DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS
IV SEMINÁRIO NACIONAL DE TERRITÓRIO E GESTÃO DE POLÍTICAS SOCIAIS
III CONGRESSO DE DIREITO À CIDADE E JUSTIÇA AMBIENTAL**

população mais afetados com as consequências da emenda no campo da restrição dos recursos e dos direitos sociais.

Nessa direção, a política de Assistência Social que atende diretamente a esses segmentos populacionais terá uma elevação das demandas sociais, em contrapartida, a cada ano, uma redução orçamentária que colocará em risco a Proteção Social realizada às famílias pobres, em extrema pobreza e em situações de violência e violação de direitos. Então, o eixo norteador desse estudo encontra-se na apresentação das informações balizadoras do monitoramento da qualidade da gestão do SUAS em um contexto de grave retração orçamentária o qual põe em cheque a própria manutenção do SUAS no Brasil.

Nas unidades de atendimento do SUAS, por exemplo, como os CRAS e CREAS, presenciamos um cenário de desmonte dos prédios públicos, no âmbito da manutenção da estrutura física, como as salas de atendimento particularizado, ausência de quadras de esporte; desmonte dos serviços socioassistenciais e benefícios eventuais que se tornam mais escassos com a diminuição nos repasses dos recursos federais e estaduais em um contexto de agravamento da pobreza e extrema pobreza; perfil de trabalhadores do SUAS com baixo nível de escolaridade, formações acadêmicas fragilizadas e com discursos moralizantes fortalecidos pela conjuntura nacional, reverberando em práticas que retomam o conservadorismo nas políticas públicas.

(...) as novas configurações que a questão social assume na contemporaneidade, influenciada pela crescente banalização do ser humano, alienação, coisificação dos homens e das relações humanas, naturalização da desigualdade social (IAMAMOTO, 2010). É nesse contexto que a ideologia conservadora revigora a sua importância social no papel de controle e dominação da classe que sofre com essa realidade, prova disso é o fortalecimento de movimentos de extrema direita na Europa, a crescente adesão de pessoas a movimentos neonazistas, a repressão e a criminalização a movimentos sociais, fatos que temos acompanhado no mundo com certa frequência, recentemente, e os quais refletem um retrocesso no tratamento dado à questão social. (EUFRÁSIO, 2015, p.3)

O conservadorismo tem conseguido também um espaço maior e mais evidente no Brasil, desde o processo de impeachment da Presidenta Dilma, onde vivenciamos graves ofensas à sua honra, dignidade, com marcas do machismo e misoginia presentes na sociedade. Desde então, vem se expandindo diversos posicionamentos homofóbicos, racistas, classistas e de intolerância que ora pareciam “escondidos” ou “camuflados”. As redes sociais foram um forte instrumento de divulgação da onda conservadora que assola o país, tendo seu ápice em 2018 com a campanha eleitoral e



**III CONGRESSO INTERNACIONAL DE POLÍTICA SOCIAL E SERVIÇO SOCIAL:
DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS
IV SEMINÁRIO NACIONAL DE TERRITÓRIO E GESTÃO DE POLÍTICAS SOCIAIS
III CONGRESSO DE DIREITO À CIDADE E JUSTIÇA AMBIENTAL**

eleição do candidato Jair Bolsonaro, reconhecidamente conservador nos costumes e liberal na economia, como o presidente do país.

Finda-se, portanto, nesse cenário, a agenda política de “crescimento econômico com inclusão social” e surge a agenda ultraliberal baseada em uma profunda reforma da previdência, redução dos “gastos” do Estado e incentivo ao empreendedorismo. Reverberando, como apresentaremos a seguir, na derrocada das políticas sociais, particularmente nesse estudo, a Assistência Social.

3. RESULTADOS E CONCLUSÕES

O que apontam os Índices de Desenvolvimento?

Os indicadores de desenvolvimento no âmbito do SUAS são construídos pela Secretaria Nacional de Assistência Social (SNAS) desde 2007, a partir dos IDCRAS, com o papel de avaliar o desenvolvimento dessas unidades e nortear os avanços de estruturação da Proteção Social Básica. Em 2014, foi criado o IDCREAS e o novo IDCRAS, incorporando aprimoramentos em relação ao Indicador anterior, previstos na NOB/SUAS 2012. Já O IDConselho foi criado no ano seguinte (2015), estruturado como um indicador sintético, ou seja, formado por uma composição de variáveis para aferir o desenvolvimento dos Conselhos de Assistência Social.

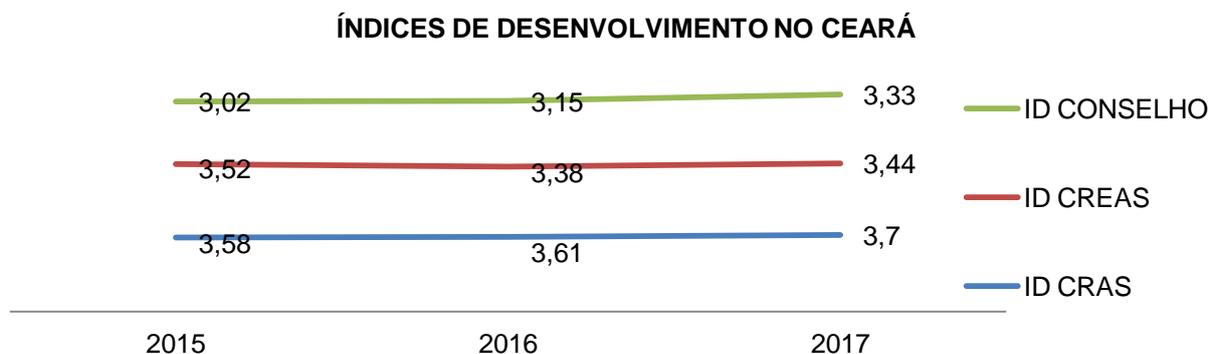
As dimensões do indicador dos CRAS e CREAS são 03 (três): “Estrutura física”, “Recursos humanos” e “Serviços & Benefícios”. Cada uma dessas dimensões são avaliadas a partir de cinco níveis, onde o nível 5 representa a situação que mais se aproxima dos padrões de qualidade desejáveis e o nível 1 representa a situação mais distante do padrão almejado. Os níveis levam em consideração o porte do município e se a unidade CREAS é municipal ou regional. Os dados são extraídos do CENSO SUAS e dos RMA no que se referem às famílias acompanhadas. (NT nº27/DGSUAS/SNAS/MDS)

De maneira similar ao IDCRAS e ao IDCREAS, o IDConselho foi construído de forma a agrupar as variáveis em três dimensões: I - Estrutura administrativa, II - Dinâmica de funcionamento; e III - Composição do Conselho. Cada dimensão varia entre 1 (menor desenvolvimento) e 5 (maior desenvolvimento), e as informações que as compõem são extraída dos questionários coletados no Censo SUAS. (NT 2017/CGPVIS/DGSUAS/SNAS/MDS). Vejamos a média sintética do estado do Ceará:



**III CONGRESSO INTERNACIONAL DE POLÍTICA SOCIAL E SERVIÇO SOCIAL:
DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS
IV SEMINÁRIO NACIONAL DE TERRITÓRIO E GESTÃO DE POLITICAS SOCIAIS
III CONGRESSO DE DIREITO À CIDADE E JUSTIÇA AMBIENTAL**

Gráfico 01 – Índices de Desenvolvimento do SUAS no Ceará



Fonte: Dados retirados da SNAS/Vigilância Socioassistencial, 2019.

Observamos, a partir das dimensões apresentadas e dos números informados no gráfico 01, que o estado do Ceará tem uma média de IDCRAS que sai de 3,58 (2015) a 3,70 (2017), evoluindo de modo bem lento nas dimensões. Já o IDCREAS teve um pequeno decréscimo, saindo de 3,52 para 3,44 em 2017. O aumento mais significativo apresentado no índice vem do ID Conselho, que em dois anos aumenta 0,31.

Precisamos pontuar a necessidade de atenção com a qualidade das informações preenchidas e alimentadas no CENSO SUAS, haja vista muitos municípios ainda não terem o setor da Vigilância Socioassistencial formalmente instituído, transferindo, portanto, para técnicos de gestão ou outros profissionais a responsabilidade de alimentar o sistema, o que a nosso ver possibilita distorções de informações ano a ano, com rebatimentos nos índices e nos recursos cofinanciados. As capacitações para preenchimento do CENSO SUAS ainda são frágeis, pois verdadeiramente não são capacitações, mas reuniões que abordam algumas mudanças pontuais, sem compreender a realidade de rotatividade dos profissionais nos municípios e desvios de função, o que também fragiliza a qualidade das informações alimentadas. Os presidentes dos Conselhos Municipais de Assistência Social são responsáveis pela alimentação do CENSO SUAS – Conselhos e percebe-se a mesma realidade de falta de assessoramento nesse processo, pois muitos sequer entendem os questionamentos e se limitam a respostas dos anos anteriores ou a orientações da gestão, sem a efetiva contribuição do colegiado.



**III CONGRESSO INTERNACIONAL DE POLÍTICA SOCIAL E SERVIÇO SOCIAL:
DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS
IV SEMINÁRIO NACIONAL DE TERRITÓRIO E GESTÃO DE POLITICAS SOCIAIS
III CONGRESSO DE DIREITO À CIDADE E JUSTIÇA AMBIENTAL**

Há que se preparar os profissionais responsáveis para o entendimento preciso acerca das dimensões norteadoras que compõem os índices, qualificando o preenchimento, o monitoramento e avaliação do Sistema.

Apresentamos uma síntese das dimensões na tabela abaixo para melhor compreensão do que tratamos para os CRAS, CREAS e Conselhos de Assistência Social. São elementos que devem direcionar as prioridades da gestão do SUAS, não apenas por serem monitorados e determinantes no repasse dos recursos, mas, sobretudo, porque indicam a **qualidade** na oferta da estrutura física, dos serviços e benefícios e dos profissionais aos usuários/as da Política de Assistência Social. São essas dimensões que podem muito nos apontar sobre o trabalho e controle social realizados.

Tabela 01 – Síntese das dimensões do Índice de Desenvolvimento

Dimensões	Estrutura Física	Serviços e Benefícios	Recursos Humanos
Nível 3 a 4	CRAS: Nessa faixa de nível para os CRAS, é necessária uma estrutura com 2 a 4 salas de atendimento, recepção de 1 a 2 banheiros, espaços com acessibilidade nos espaços. Possuir computadores com conexão à internet.	CRAS: Execução das atividades referentes ao PAIF, SCFV e BPC, Articulação com os CREAS nos municípios que tiverem Proteção Social Especial, articulação com as políticas de educação e saúde. Funcionamento de 40h/semanais nos 5 dias da semana.	CRAS: Nessa faixa de nível para os CRAS, é necessária a presença de 4 a 7 profissionais minimamente para referenciar de 2.500 a 5.000 famílias. Destes, é necessário a presença de assistentes sociais e psicólogos obrigatoriamente. A coordenação s efaz obrigatória no nível 4.
	CREAS: Nessa faixa, os CREAS devem possuir de 3 a 5 salas de atendimento, de 1 a 2 banheiros, acessibilidade nos espaços, veículo próprio ou compartilhado e 01 ou mais computadores com acesso a internet.	CREAS: É necessária a presença de 5 a 10 profissionais, sendo de 3 a 6 com nível superior e obrigatoriamente assistente social, psicólogo e coordenador da unidade.	CREAS: A necessidade de ofertar as atividades do PAEFI, MSE. E no nível 4, ofertar também o serviço de abordagem social. Possuir forte articulação com os CRAS e o Conselho Tutelar.



**III CONGRESSO INTERNACIONAL DE POLÍTICA SOCIAL E SERVIÇO SOCIAL:
DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS
IV SEMINÁRIO NACIONAL DE TERRITÓRIO E GESTÃO DE POLÍTICAS SOCIAIS
III CONGRESSO DE DIREITO À CIDADE E JUSTIÇA AMBIENTAL**

Dimensões (CONSELHO)	Estrutura Administrativa	Dinâmica de Funcionamento	Composição do Conselho
Nível 3	<ul style="list-style-type: none">• Possui previsão de recursos na Lei Orçamentária Anual ou Utiliza para as despesas de seu funcionamento o mínimo de 3% do IGD;• Possui Secretaria Executiva;• Mais de um computador conectado a internet;• Telefone de uso exclusivo ou compartilhado;• Uma ou mais salas de uso exclusivo ou compartilhado	<ul style="list-style-type: none">• Realização de 6 ou mais reuniões plenárias no ano anterior (ordinárias e extraordinárias);• Possui Regimento Interno;• Deliberou sobre o Plano de Assistência Social;• Acompanha o cumprimento de deliberações da Conferência Municipal	<ul style="list-style-type: none">• Mínimo de 6 conselheiros titulares;• Presença de pelo menos um conselheiro titular representante de usuários ou organização de usuários;• Presença de pelo menos um conselheiro titular representante de trabalhadores do setor;• Alternância na presidência entre os representantes de governo e os representantes da sociedade civil.

Fonte: NT nº27/DGSUAS/SNAS/MDS; NT 2017/CGPVIS/DGSUAS/SNAS/MDS.

Particularidades das variáveis que compõem o ID: estrutura física, recursos humanos e serviços nos CRAS, CREAS, Centros POP e unidades de acolhimento no Brasil

O número de CRAS no país permaneceu estagnado no período observado (8.155 em 2015 chegando somente a 8.292 em 2017), considerando o aumento de CRAS em somente nove municípios no período (em 2005 eram 5.503 municípios com CRAS e em 2017 passaram a 5.512). Com relação à estrutura física houve uma queda de 6% dos imóveis alugados, ocasião em que os imóveis próprios aumentaram 4% e os cedidos 2%. Ainda assim é preocupante que quase a metade dos imóveis não seja própria, um total de 47,3%. (Fonte: Censo SUAS 2017).

Quanto aos CREAS, o número passou de 2.435 em 2015 para 2.577 em 2017, um aumento de 142 unidades, mantendo a média de estabilidade no quantitativo de CREAS. É relevante que, apesar da queda de 5,5% de CREAS funcionando em imóveis alugados, 63% deles permanecem em imóveis com esse tipo de estrutura dependente de recursos extra para a locação, o que precariza ainda mais a oferta dos serviços, sendo passível de retorno ao compartilhamento com outros equipamentos socioassistenciais ou até mesmo de outras políticas públicas, ou pior ainda, o fechamento de CREAS por advento do contingenciamento de recursos decorrente do recorte nos repasses federais.



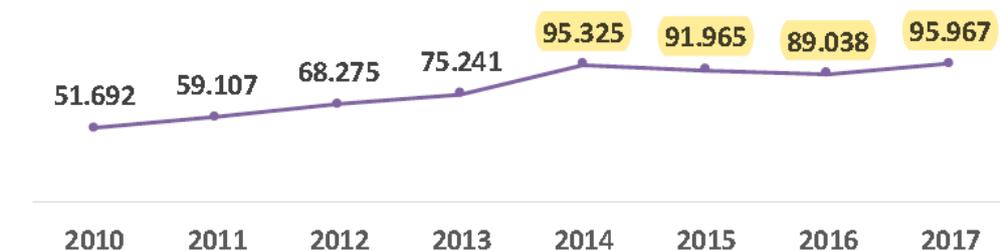
**III CONGRESSO INTERNACIONAL DE POLÍTICA SOCIAL E SERVIÇO SOCIAL:
DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS
IV SEMINÁRIO NACIONAL DE TERRITÓRIO E GESTÃO DE POLITICAS SOCIAIS
III CONGRESSO DE DIREITO À CIDADE E JUSTIÇA AMBIENTAL**

Essa realidade já pode ser notada pelo fechamento de oito Centros POP entre 2015 e 2017, sendo cinco unidades fechadas em 2016 e mais três em 2017. Num universo em que 69,2% dos Centros POP funcionam em imóveis alugados, a probabilidade dessa estatística de encerramento das atividades desse tipo de equipamento socioassistencial só aumenta nos anos vindouros.

É o caso das unidades de acolhimento, que se mantiveram estáveis entre 2015 (5.554 unidades) e 2017 (5.589 unidades). Contudo, se compararmos os anos de 2016 e 2017, cento e noventa e duas unidades de acolhimento tiveram encerradas suas atividades, como se existissem e sumissem repentinamente em um ano. Vale destacar que 63,8% das unidades de acolhimento do Brasil são originadas em organizações não governamentais, estando sujeitas aos editais de convênios para recebimento de recursos públicos e parcerias com o mercado.

A variável “recursos humanos” dos CRAS foi recuperada no decorrer de 2015 a 2017, conforme gráfico que segue em que destacamos o período em questão. Nele podemos perceber que, no apogeu da crise política, durante o processo de impeachment da Presidenta Dilma e início da irregularidade do repasse do cofinanciamento federal, houve uma demissão massiva de trabalhadores nos CRAS, sendo retomadas as contratações após a consumação do golpe parlamentar e midiático, em 2017.

Gráfico 02 – Evolução da quantidade de trabalhadores dos CRAS, Brasil – 2010 a 2017.



Fonte: Censo SUAS 2017.

Essa demissão massiva pode ser interpretada como resultante do desmonte da gestão e dos serviços do SUAS, em que no âmbito das secretarias estaduais, onde 65% dos trabalhadores foram dispensados. Em 2015, atuavam nas secretarias estaduais 10.359 profissionais, em 2017 contabilizou-se somente 4.722. A maior queda foi de contratados celetistas, cerca de 12,4%. Os recursos humanos das secretarias municipais também foram afetados, com a demissão de 5.216 trabalhadores da gestão e serviços (244.478 em 2015



**III CONGRESSO INTERNACIONAL DE POLÍTICA SOCIAL E SERVIÇO SOCIAL:
DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS
IV SEMINÁRIO NACIONAL DE TERRITÓRIO E GESTÃO DE POLÍTICAS SOCIAIS
III CONGRESSO DE DIREITO À CIDADE E JUSTIÇA AMBIENTAL**

para 239.262 em 2017). Novamente os celetistas sofreram maior impacto, em torno de 10,8% a menos de trabalhadores com esse tipo de vínculo empregatício nos municípios. (Fonte: Censo SUAS 2017).

Os Centros POP reduziram 120 profissionais entre 2015 (3.108 trabalhadores) e 2017 (2.988 trabalhadores). Curiosamente, os profissionais de nível médio nesses equipamentos, responsáveis pela abordagem e acolhimento, caíram de 957 em 2015 para 277 em 2017. Inversamente proporcional, os trabalhadores sem formação informada no Censo SUAS quase dobraram o quantitativo, saltando de 736 em 2015 para 1.328 em 2017. O que nos faz indagar: que tipo de trabalhador, sem qualificação profissional, está sendo posto nos serviços de atendimento à população em situação de rua?

Os CREAS e as unidades de acolhimento foram os únicos equipamentos socioassistenciais que tiveram aumento na variável recursos humanos no período analisado. Os CREAS porque contaram com 543 profissionais a mais, proporcionais à equipe mínima necessária para o funcionamento dos 142 equipamentos desse tipo abertos entre 2015 e 2017. Todavia, verificou-se um decréscimo de 488 trabalhadores de nível médio e o acréscimo de 353 profissionais de nível superior, o que nos leva a ratificar a fala dos profissionais nos fóruns de trabalhadores do SUAS, em que muitos denunciam a sobrecarga de funções pela demissão de profissionais administrativos, os trabalhadores de nível superior absorvem funções administrativas, além das atribuições técnicas. Esse dado se torna mais assombroso quando consideramos as unidades de acolhimento que, apesar de terem um aumento de 6.217 trabalhadores no período em questão, 43,5% dessa mão de obra não apresenta nenhuma formação para o serviço. Um total descaso com os usuários dos serviços de acolhimento, com trabalhadores que sequer tem nível médio. Que tipo de atividades vem sendo desenvolvidas? Sem qualificação profissional, somente dispondo do voluntarismo e assistencialismo?

Com relação aos serviços, chamam atenção às atividades mais realizadas nos CRAS serem visitas domiciliares (99,3%), seguidas de acompanhamento familiar (99%), em contraponto com a menos executada, que é o plano de acompanhamento familiar, em que 71,8% dos CRAS afirmaram elaborar. Como 27,2% dos CRAS conseguem acompanhar as famílias sem a elaboração de um plano para tal? Os CREAS, apesar de apresentarem um percentual maior de elaboração do plano de acompanhamento familiar, 78,5%, também revela que as atividades mais executadas são as visitas domiciliares e acompanhamento



**III CONGRESSO INTERNACIONAL DE POLÍTICA SOCIAL E SERVIÇO SOCIAL:
DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS
IV SEMINÁRIO NACIONAL DE TERRITÓRIO E GESTÃO DE POLÍTICAS SOCIAIS
III CONGRESSO DE DIREITO À CIDADE E JUSTIÇA AMBIENTAL**

familiar, com 99,6%. Questiona-se, da mesma forma, como 21,1% dos CREAS acompanham as famílias, sem elaborar um plano?

É importante frisar que o serviço do Centro POP não foi mensurado no Censo SUAS 2017, nem apresentada nenhuma justificativa para tal. As atividades das unidades de acolhimento mais desenvolvidas são: estudo de caso com a rede, 88,1% e relatórios 87,5%. A menos executada é a elaboração de relatórios para o Judiciário, que ainda somam 49,1%.

Outro dado inquietante recai sobre a participação social nos Conselhos Estaduais de Assistência Social (CEAS). A variável estrutura física indica que, em 2014, 100% dos CEAS tinham sede própria. Em 2017 esse percentual caiu em 22,2%. Nos municípios verificou-se o movimento contrário, um aumento de 7,2% dos conselhos municipais (CMAS) passou a dispor de sede própria.

Quanto à previsão orçamentária de recursos específicos para os conselhos de assistência social, os CEAS perderam 11,1% dos recursos entre 2014 e 2017. Os CMAS, por sua vez, obtiveram um acréscimo de 1,9%. Contudo, outra perda relevante foi no percentual de conselhos que possuem e deliberam sobre o plano de assistência social. 73,1% dos CEAS em 2014 deliberavam sobre o plano, em 2017 caiu para 70,4%. Nos CMAS esse percentual teve um decréscimo de 5% no período analisado. Como fazer o controle social efetivo da gestão da política de assistência com a queda desses indicadores da participação social?

Ressaltamos que essas dimensões do ID dos equipamentos socioassistenciais foram levantadas no momento histórico em que o SUAS passou a ter atraso nos repasses e bloqueio de alguns recursos, pelo não cumprimento dos gastos mínimos pelos municípios. E contexto sociopolítico. O impacto do déficit orçamentário será identificado a partir do Censo SUAS 2018 e 2019, que refletirão o contingenciamento quase quadruplicado dos recursos dos serviços em um ano, conforme quadro que segue, elaborado pelo CONGEMAS:

Tabela 01 – Quadro síntese do déficit orçamentário do SUAS, Brasil – 2018 a 2019.

Valores contingenciados nos orçamentos	2018	2019
Serviços	400 milhões	1,5 bilhões
Bolsa Família	-	6,5 bilhões
BPC	-	30 bilhões

Fonte: <http://www.congemas.org.br/recomposicao-do-orcamento-do-suas-de-2018-e-2019-noticias>, Acesso em: 29. mar. 2019.

Nessa tabela é possível visualizar o real motivo do benefício de prestação continuada (BPC), que é um benefício da política de assistência social, concedido pelo



**III CONGRESSO INTERNACIONAL DE POLÍTICA SOCIAL E SERVIÇO SOCIAL:
DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS
IV SEMINÁRIO NACIONAL DE TERRITÓRIO E GESTÃO DE POLITICAS SOCIAIS
III CONGRESSO DE DIREITO À CIDADE E JUSTIÇA AMBIENTAL**

Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS), ter entrado em pauta em plena reforma da previdência social. A proposta do governo Bolsonaro é de que o BPC seja concedido integralmente aos idosos com idade superior a 70 anos. Os atuais beneficiários com idade entre 65 e 69 anos receberiam somente metade do benefício, que ainda contemplaria idosos a partir de 60 anos, atualmente descobertos, com o valor de 500 reais. O que os números apontam é que o recurso para o BPC já foi cortado e que proposta se concretizará em breve, com a aprovação da reforma pelo Congresso Nacional.

Conclusões

Percebemos no contexto social dos CRAS no estado, seja nos municípios de pequeno, médio ou grande porte uma inconstância e descontinuidade na manutenção das variáveis que agregam valor às dimensões. A realidade da estrutura física dos CRAS é, via de regra, uma adaptação em prédios próprios para atender minimamente às condições de funcionamento ou quando alugados, muitas vezes, não estão em condições adequadas de acessibilidade, sendo realizadas algumas reformas para diminuir os obstáculos de locomoção. No campo dos serviços e benefícios são ofertados o acompanhamento familiar por meio do PAIF, as atividades dos SCVF para crianças, adolescentes, idosos e demais atividades comunitárias a partir das especificidades dos territórios. Contudo, o que se coloca atualmente é um difícil acesso das famílias ao CRAS e dos profissionais dos CRAS às famílias, em virtude dos conflitos das facções e da violência urbana que tem enfraquecido o referenciamento e o acompanhamento das famílias.

Para além desse fator externo, há que se pontuarem os velhos e recorrentes problemas internos, tais como: ausência de veículo exclusivo dos equipamentos para as visitas domiciliares, contingenciamento de despesas com combustível, estrutura inadequada das salas de atendimento, que não preservam o sigilo das informações, a dificuldade que as gestões municipais têm de ampliar e variar os atrativos de atividades nos serviços socioassistenciais, o que também traz o esvaziamento dos usuários nos SCVF especialmente. No âmbito dos recursos humanos nos CRAS do estado Ceará, tem-se vivenciado um profundo processo de rotatividade de profissionais, ocasionado, muitas vezes, pelas precárias condições de trabalho, sejam os frágeis vínculos de trabalho, frágeis formações profissionais, às cobranças por produtividade, os ambientes inseguros e insalubres aos trabalhadores, a ausência de materiais para atividades que incrementam o



Londrina PR, de 02 a 05 de Julho de 2019.

**III CONGRESSO INTERNACIONAL DE POLÍTICA SOCIAL E SERVIÇO SOCIAL:
DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS
IV SEMINÁRIO NACIONAL DE TERRITÓRIO E GESTÃO DE POLITICAS SOCIAIS
III CONGRESSO DE DIREITO À CIDADE E JUSTIÇA AMBIENTAL**

trabalho social ofertado; aspectos que provocam grande descontinuidade da formação das equipes e da manutenção dos vínculos com as famílias acompanhadas.

No que se refere à Proteção Social Especial de Média Complexidade (CREAS e Centro POP), percebemos íntima semelhança com a realidade dos CRAS no estado do Ceará, precisamente no que se refere à estrutura física dos equipamentos e da composição das equipes de referência. A situação se agrava quando temos a clareza de que as diversas situações de violência e violações de direitos têm crescido vertiginosamente no estado, demandando um acompanhamento mais sistemático e frequente pelos profissionais dos CREAS, contudo estes não conseguem realizar adequadamente o trabalho social especializado, devido à composição incompleta da equipe técnica, ausência de veículos para realizar as atividades de busca ativa, de abordagem social, de visita domiciliar; somando-se às demandas emergenciais do Ministério Público e a dificuldade no acompanhamento dos adolescentes em cumprimento das medidas socioeducativas. Como vimos, os Centros POP tem sua permanência no SUAS afetada diretamente, com o fechamento de unidades e demissão de profissionais, como se a população em situação de rua, usuária do serviço, tivesse retornando à sua invisibilidade nos segmentos demandatários da política de assistência social.

Na PSE de Alta Complexidade, as unidades de abrigo permanecem, em sua maioria, sob a gestão de organizações não governamentais, com precária ou nenhuma supervisão por parte do órgão gestor da política ou sequer do conselho de assistência social. Atuam com os serviços mais abstrusos, com público de elevados riscos sociais e sem a devida formação profissional para tanto. Reiteram o assistencialismo e o voluntarismo, na contramão do que o SUAS preconiza.

Já no que tange ao controle social da política de Assistência Social, a cada ano este vem sofrendo com os efeitos do desaparecimento de suas condições estruturais, com o enfraquecimento no acompanhamento dos serviços e benefícios socioassistenciais e com uma superficial participação dos representantes da sociedade civil, seja dos trabalhadores e usuários, que acabam por cumprir, muitas vezes, uma rotina burocrática de aprovação de prestação de contas, demonstrativos, relatórios de gestão sem o conhecimento de fato do que significa a gestão, o monitoramento e avaliação da política pública de Assistência Social.

Os elementos destacados são limites estruturais observados em todos os níveis de proteção social e no controle social da gestão do SUAS. Muitos são recorrentes,



**III CONGRESSO INTERNACIONAL DE POLÍTICA SOCIAL E SERVIÇO SOCIAL:
DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS
IV SEMINÁRIO NACIONAL DE TERRITÓRIO E GESTÃO DE POLÍTICAS SOCIAIS
III CONGRESSO DE DIREITO À CIDADE E JUSTIÇA AMBIENTAL**

podendo ser averiguados em todas as edições do Censo SUAS, mas que vinham obedecendo a uma lógica de redução, mediante a expansão dos equipamentos, ampliação do cofinanciamento para os serviços, incentivo financeiro à gestão descentralizada e ao controle social, bem como investimento na educação permanente dos trabalhadores. O SUAS vivenciou um período histórico de normatização e expansão entre 2005 e 2010, a partir de 2011 a expectativa era de sua consolidação, em que problemas históricos da política de assistência social vinham sendo progressivamente sanados ou reduzidos. Com o golpe parlamentar e midiático de 2016 e a concretização do impeachment, o retrocesso conservador de culpabilização do indivíduo pelo não ingresso no mercado de trabalho e necessidade dos serviços da política de assistência social se tornou um imperativo.

A partir de então, o SUAS corre grave risco de desmonte e retorno ao filantropismo, assistencialismo e primeiro-damismo em seu lugar. Iniciativas dos Colegiados Estaduais de Gestores (COEGEMAS), dos Fóruns Estaduais e Municipais dos Trabalhadores e dos Usuários do SUAS precisam em caráter de urgência ser articuladas, mediante frentes parlamentares de defesa do SUAS nas Casas Legislativas, bem como realização de audiências públicas, seminários, manifestações nas ruas, de modo a envolver a população sobre as sérias consequências do fim dos serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais. Numa conjuntura de avanço neoliberal, de reforma trabalhista, previdenciária, congelamento de gastos sociais com saúde e educação, a defesa de direitos socioassistenciais é o que restará à população pobre e desassistida que enfileira os equipamentos sociais cotidianamente. Sem o SUAS, o que resta é a afirmação da barbárie.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social. **Censo SUAS 2017: análise dos componentes sistêmicos da política nacional de assistência social**. Brasília, DF: MDS, Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação; Secretaria Nacional de Assistência Social, 2018.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social. **Metodologia de cálculo relativa aos novos indicadores de desenvolvimento das unidades CRAS e CREAS – IDCRAS e IDCREAS referentes ao ano de 2014 (NT nº27)**. Brasília, DF: MDS, Diretoria de Gestão do SUAS: Secretaria Nacional de Assistência Social, 2015.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social. **Metodologia de cálculo do Indicador de Desenvolvimento dos Conselhos Municipais de Assistência Social – IDConselho (NT**



Londrina PR, de 02 a 05 de Julho de 2019.

**III CONGRESSO INTERNACIONAL DE POLÍTICA SOCIAL E SERVIÇO SOCIAL:
DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS
IV SEMINÁRIO NACIONAL DE TERRITÓRIO E GESTÃO DE POLÍTICAS SOCIAIS
III CONGRESSO DE DIREITO À CIDADE E JUSTIÇA AMBIENTAL**

2017). Brasília, DF: MDS, Diretoria de Gestão do SUAS: Secretaria Nacional de Assistência Social, 2017.

CONGEMAS. Colegiado Nacional de Gestores da Assistência Social. **Recomposição do Orçamento do SUAS de 2018 e 2019.** Disponível em: <http://www.congemas.org.br/recomposicao-do-orcamento-do-suas-de-2018-e-2019-noticias>. Acesso em 29. mar. 2019.

EUFRÁSIO, A. **Trabalho com famílias na assistência social:** novas expressões do conservadorismo? 2014. 234 p. Dissertação de Mestrado (Programa de Estudos PósGraduados em Serviço Social- PUC/SP). São Paulo, 2014.